

INICIATIVA  
Prefeito João Ribeiro F. Júnior  
Câmara Municipal de Cabedelo-PB  
Deila F. Viçentini  
VISTO



PUBLICAÇÃO  
Câmara Municipal de Cabedelo/PB  
Quintzenário Oficial da Cabedelo  
do dia 16 a 31 de dezembro/2002  
5m  
VISTO

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Lei N.º 1129

De 27 de dezembro de 2002

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE  
INCENTIVOS ECONÔMICOS E ESTÍMULOS  
FISCAIS PARA EMPRESAS DE APOIO AO  
TURISMO E À INFORMÁTICA QUE SE  
ESTABELEÇAM NO MUNICÍPIO OU NELE  
AMPLIEM SUAS ATIVIDADES, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELÓ (PB):**

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1º** Fica o Prefeito Constitucional de Cabedelo – Estado da Paraíba, autorizado a conceder, a requerimento da parte interessada, incentivos fiscais e econômicos às empresas que se estabeleçam ou iniciem atividades nas áreas da indústria, do comércio, e de apoio ao turismo e informática, no Município, bem como, às empresas já existentes que ampliem sua capacidade de produção e demanda de mão-de-obra, mediante autorização legislativa específica, observado o previsto nesta Lei.

**Art. 2º** Os estímulos e incentivos a que se refere o artigo poderão constituir-se, isolada ou cumulativamente, de:

- I - isenção de impostos municipais, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos;
- II – execução, no todo ou em parte, de serviços de terraplenagem e infra-estrutura do terreno, necessários à implantação do empreendimento aprovado;
- III – destinação de área de terra necessária, em locais adequados na área territorial do Município, mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir;
- IV – dispensa de taxas de licenças e coletas diversas;

**Art. 3º** A solicitação de entidades interessadas nos incentivos econômicos e estímulos fiscais deverá ser instruída com projeto técnico-econômico e estudo de viabilidade, cuja análise ficará a cargo da Secretaria de Planejamento e Coordenação – SEPLA.

**§ 1º** O projeto de que trata o "caput" deste artigo constará de:

- I – estudo do mercado;
- II – tamanho e localização do empreendimento;
- III – engenharia do projeto;
- IV – orçamento da receita e despesa;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- V – organização;
- VI – financiamento;
- VII – avaliação social.

§ 2º Para efeito de avaliação das solicitações enquadráveis na presente Lei, serão consideradas, prioritariamente, os projetos que contemplem:

- I – o maior número de novos empregos diretos;
- II – a maior parcela de utilização de mão-de-obra local, desde que nunca inferior a 50% (cinquenta por cento) das vagas;
- III – o pioneirismo do empreendimento.

§ 3º Ficam isentas das exigências contidas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, as micro-empresas, qualquer que seja a sua atividade.

**Art. 4º** As entidades beneficiadas com incentivos econômicos e estímulos fiscais é vedado:

- I – alienar os terrenos recebidos do Poder Público Municipal, antes de decorrido o prazo de gozo dos benefícios de que trata a presente Lei;
- II – dar utilização diversa da prevista no projeto ao empreendimento enquadrado nos benefícios desta Lei.

**Art. 5º** Cessarão os benefícios concedidos pela presente Lei, as empresas que deixarem de cumprir os objetivos dos projetos aprovados.

**Parágrafo único.** Comprovada a má fé na utilização dos benefícios previstos nesta Lei, o Poder Público Municipal exigirá imediata reposição dos valores correspondentes aos benefícios concedidos, sem prejuízo das benfeitorias nele incorporadas.

**Art. 6º** Reverterão ao Poder Público Municipal os terrenos concedidos a título de incentivo econômico quando não utilizados na finalidade do projeto aprovado, no prazo de dois anos, sem indenização do valor das benfeitorias nele incorporadas.

**Art. 7º** Os benefícios desta Lei, quando concedidos a empresa já existentes, somente atingirão, no tocante a isenção dos impostos, o acréscimo da produção efetivamente realizada, em concordância com o projeto específico.

**Art. 8º** Não serão concedidos quaisquer dos benefícios previstos nesta Lei, às empresas que tenham débitos em atraso com a Fazenda Pública, quer sejam Federal, Estadual ou Municipal.

**Art. 9º** Não poderá o benefício previsto no inciso III, do art. 2º desta Lei, a empresa que, no período anterior a um ano, tenha alienado área de terras que pudessem ser utilizadas para empreendimento candidato aos incentivos.

98



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 10.** As empresas de apoio ao turismo e a informática, que se constituem objeto de enquadramento na presente Lei, são:

- I – apoio ao turismo:
- a) hotéis e Pousadas;
  - b) cinemas e teatros;
  - c) lanchonetes e Restaurantes;
  - d) lojas de artesanatos;
  - e) parques de diversões;
  - f) parques aquáticos;
  - g) empresas de receptivos para o turismo;
  - h) equipamentos esportivos e de lazer.

- II – apoio à informática:
- a) indústria de equipamentos de informática;
  - b) desenvolvimento de programas (software);
  - c) empresas prestadoras de serviços.

**Art. 11.** O Prefeito Municipal expedirá, no prazo de noventa dias, projeto de regulamentação desta Lei.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

**Art. 13.** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 27 de dezembro de 2002; 180º da Independência, 113º da República e 46º da Emancipação Política Cabedelense.

  
**JOSE RIBEIRO FARIAS JÚNIOR**  
Prefeito